



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2020

(do dep. Júlio Delgado)

Requer, informações ao Ministro de Minas e Energia, acerca da disponibilidade de recursos para a ANM (Agência Nacional de Mineração) e o detalhamento de ações destinadas à fiscalização para o ano de 2021.

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 50 §2º da Constituição Federal e Art. 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministério de Minas e Energia, acerca da disponibilidade, de recursos destinados, na PLOA 2021, para a Agência Nacional de Mineração (ANM), bem como o detalhamento de ações destinadas à fiscalização de barragens, metodologias aplicadas à fiscalização da atividade minerária, dentre outras ações necessárias à fiscalização pela ANM, no Ano de 2021.

### JUSTIFICATIVA

O pedido de informação ao Ministério de Minas e Energia, trata -se de uma preocupação com a finalidade do desmembramento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que transformado em Agência Nacional de Mineração (ANM) para que pudesse desempenhar o real papel fiscalizador com mais efetividade, e minimizar os inúmeros problemas provocados pela mineração no nosso País.

A atividade minerária tem sido palco de grandes desastres ambientais, muitos deles com inúmeros impactos sociais e na saúde da população, como no



\* C D 2 0 0 2 1 4 6 3 1 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

caso de Mariana, onde a queda da barragem destruiu um vilarejo e o volume de rejeitos, inundou cursos de rios que promovem o abastecimento de água potável de várias cidades, bem como um desastre ambiental com degradação da flora, fauna local, além de vidas ceifadas .

Em Brumadinho, o desastre ambiental não somente causou um desastre ambiental, mas social, como a morte de inúmeras pessoas, algumas delas, após um ano e meio, ainda não foram encontradas, uma destruição de animais e vegetais, contaminação de rios, provocando uma catástrofe social e ecológica.

Destaco que, o volume de lama lançada no ambiente, no caso de quedas de barragens, afeta os rios, não apenas no que tange aos seres vivos aquáticos, mas a promoção da saúde da extração de água potável para o abastecimento de inúmeras cidades. Muitos desses rios sofrerão com assoreamento, mudanças nos cursos, diminuição da profundidade e até mesmo soterramento de nascentes. A lama, além de causar a morte dos rios, destrói a região ao redor desses locais. A força dos rejeitos, quando se deslocam arrancam matas ciliares entre inúmeras outras coisas que estiverem no curso destes, consequências que serão visíveis posteriormente à degradação.

Sabe- se que o Brasil é um País minerador, sendo responsável por 4,2% do PIB Brasileiro, apresentando 52% de saldo positivo em 2019, porém a criação da ANM tem por finalidade a priorização na fiscalização da atividade minerária e às licenças ambientais necessárias ao funcionamento e operação minerária, resguardando a segurança, a qualidade de vida da população que está inserida na região minerária, a responsabilidade ambiental e social, bem como a dos trabalhadores desta atividade

Ressalto que em matéria publicada nos jornais nos últimos dias, o PLOA apresentado pelo Governo Federal, traz um elevado corte de recursos no, destinado à agência, comprometendo assim, inúmeras ações, projetos e programas necessários à garantia da finalidade da ANM. O corte trazido na PLOA 2021 para a ANM é 9,05% menor que o destinado em 2020 e pode levar o governo ao descumprimento de acordo efetuado com os procuradores do Ministério Público Federal (MPF), após a tragédia de Brumadinho, que prevê



\* C 0 2 0 0 2 1 4 6 3 4 1 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

verbas adicionais ao orçamento da agência para melhorar a fiscalização de barragens. O documento assinado traz o seguinte trecho:

*"A assinatura do acordo da ACP (Ação Civil Pública) de Brumadinho trata de compromisso assumido pela União de prover os recursos necessário para estruturar a área de fiscalização de barragens e, assim, melhorar a segurança da atividade de mineração brasileira. Para tanto, foi acordado que as dotações seriam adicionais ao orçamento ordinário da ANM".*

Portanto, solicito informações detalhadas por meio desse requerimento, acerca da disponibilidade, de recursos destinados, na PLOA 2021, para a Agência Nacional de Mineração (ANM), bem como o detalhamento de ações destinadas à fiscalização de barragens, metodologias aplicadas à fiscalização da atividade minerária, dentre outras ações necessárias à fiscalização pela ANM, no Ano de 2021.

Brasília, 24 de agosto de 2020

  
JÚLIO DELGADO  
Deputado Federal – PSB/MG



\* C D 2 0 0 2 1 4 6 3 4 1 0 0 \*